



Enriquecimento de animosidades: o início da política nuclear brasileira

Enrichment of animosities: the beginning of Brazilian nuclear policy

DOI: 10.21530/ci.v11n3.2016.514

Túlio Sérgio Henriques Ferreira¹

Vanessa Horácio Lira²

Resumo

O artigo trata do início da política externa do Brasil para a questão nuclear e analisa o processo decisório das políticas adotadas pelo governo brasileiro sobre o tema. Estuda o período entre as primeiras atividades de pesquisa nuclear no Brasil, na década de 1930, e os desdobramentos da CPI da Energia Atômica instaurada no governo de Juscelino Kubitschek em 1956. Conjuntura na qual o Brasil vivencia transição política, debate sobre o desenvolvimento econômico e sentimento antiamericanista. No período são celebrados quatro acordos bilaterais com os EUA referentes à questão nuclear. Negociações que refletem interesses defendidos por distintos grupos sociais, políticos e econômicos da nação brasileira. Identificam-se quais atores compuseram o quadro dos processos decisórios, como atuaram e como suas decisões influenciaram na política externa brasileira para os átomos.

Palavras-chave: acordos atômicos; Brasil; CPI da Energia Atômica; Estados Unidos; política externa; política nuclear; recursos físséis.

Abstract

The article discusses the beginning of Brazilian foreign policy towards nuclear issue and analyzes Brazilian decision-making process on the subject. Thus, it investigates the period from the first nuclear researches in Brazil, in 1930, to the outcomes of *CPI da Energia Atômica*, established in 1956 during Juscelino Kubitschek's government. In this context, Brazil was experiencing political transition, economic development debate and anti-American sentiment. In this context four bilateral agreements were celebrated with US towards nuclear

1 Professor Adjunto do Departamento Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba.

Artigo submetido em 01/09/2016 e aprovado em 15/11/2016.





issue. Negotiations that reflect defined interests supported by different social, political and economic groups of Brazilian society. The article identifies which actors have participated on the decision-making framework, how they have acted and how their decisions have influenced Brazilian nuclear foreign policy.

Keywords: atomic agreements; Brazil; fissile resources; CPI Atomic Energy; foreign policy; nuclear policy; United States.

Introdução

A explosão das bombas atômicas assustou o mundo e provocou questionamentos morais e éticos. Também despertou a cobiça dos Estados. Deter tal tecnologia era sinal de poder. No Brasil, a formulação da política externa sobre esse tema levou, inicialmente, à polarização entre as posições do ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Este artigo trata do início da política externa brasileira para a questão nuclear. Tem como objetivo analisar o processo decisório das políticas adotadas pelo governo brasileiro sobre o tema. Estuda o período entre as primeiras pesquisas atômicas no Brasil, na década de 1930, e os desdobramentos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Energia Atômica instaurada em 1956 no governo de Juscelino Kubitschek. Conjuntura na qual o Brasil vivencia transição política, debate sobre o desenvolvimento econômico e sentimento antiamericanista. No período, são celebrados quatro acordos bilaterais com os EUA, referentes à questão nuclear, os chamados “acordos atômicos”. Negociações que fazem emergir interesses de distintos grupos sociais, políticos e econômicos do Brasil.

O estudo, ancorado em conceitos da análise de política externa e metodologia histórica, demonstra como diferentes grupos de interesse influenciaram (ou não) na condução da política exterior adotada pelo Brasil para a questão nuclear. Para tanto, utiliza-se modelo analítico de Margaret Hermann (2001) conjugado com ilustração empírica colhida em documentação primária e secundária obtida no Ministério das Relações Exteriores do Brasil/MRE e no *National Archives and Records Administration/NARA*.

São analisadas 4 sequências de decisões para a política nuclear até que se instaure a CPI da Energia Atômica no Brasil no governo JK³. Os fatos serão

3 Apesar de não consistir propriamente em uma decisão de política externa, a decisão para a CPI parte da repercussão nacional dos documentos secretos trocados entre o Brasil e os EUA, pondo em discussão a política externa brasileira.





apresentados em sequência cronológica, destacando-se as quatro conjunturas dos acordos atômicos (1945/1952/1954/1955) como os pontos focais da análise. Tal escolha se justifica por serem tais momentos sínteses das percepções e ações dos atores envolvidos no evento. Como ensina Hermann (2001), os *policymakers* percebem um problema de política externa quando enxergam algo que mereça atenção ou oportunidade de ganho. Seus objetivos acabam por conformar agendas de política externa que, confrontadas com os ambientes doméstico e internacional, modulam o grau de percepção e ação sobre determinado tema. No caso em tela, as diferentes percepções referentes à política nuclear brasileira levariam à defesa de posições dos atores envolvidos no tema e, também, tornaria clara a posição de cada um no momento da assinatura dos acordos bilaterais com os EUA.

Portanto, os “tomadores de decisão” são indivíduos ou conjunto de indivíduos que detêm a capacidade de comprometer os recursos do Estado em determinada conjuntura e, quando se defrontam com um problema, possuem autoridade para adotar determinado curso de ação. A esse conjunto de tomadores de decisão, Hermann (2001) chama de *authoritative decision unit*. Tais unidades são classificadas em três tipos: a) *the powerful leader*; b) *the single group*; c) *the coalition of autonomous actors*. Nesse sentido, o estudo classifica qual modalidade de decisão conformou-se no momento da assinatura de cada um dos acordos atômicos acima referidos. Ainda, considerando que os problemas de política externa envolvem normalmente um conjunto de decisões nas quais atuam diferentes competências de governo, Hermann (2001) denomina essa sequência de decisões como uma *occasion for decision*, momento em que os *policymakers* fazem suas escolhas. No caso em análise, identificar as ocasiões para decisão permite-nos nomear e reconstruir os movimentos dos principais atores envolvidos nas decisões (HERMANN, 2001). Finalmente, busca-se qualificar cada “ocasião para decisão” (ou momento de acordo atômico) com um dos seis possíveis resultados: 1) prevalência da posição de uma parte; 2) concordância; 3) consenso; 4) *lopsided compromise*; 5) impasse e; 6) ação simbólica fragmentada. Sendo que, em cada possível resultado, os membros das unidades de decisão recebem *payoffs* simétricos ou assimétricos, fato que acaba por conferir maior ou menor estabilidade ao resultado (HERMANN, 2001).

Assim, o trabalho será dividido em quatro partes, além desta introdução e da conclusão. A primeira apresentará a percepção da importância da matéria-prima para a tecnologia nuclear. Fato que levou Brasil e EUA a estabelecerem o 1º Acordo Atômico (1945). A segunda parte dedica-se ao momento em que a bipolaridade





passa a ser variável influente na política externa brasileira, gerando divergências entre o Itamaraty e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) durante a consecução do 2º Acordo Atômico (1952). A terceira parte trata dos impasses gerados ao longo das negociações que culminam no 3º Acordo Atômico (1954), refletindo o dilema dos distintos modelos de desenvolvimento defendidos no Brasil. A quarta parte abrange o estabelecimento do 4º Acordo Atômico (1955), a decisão para instauração da CPI da Energia Atômica e suas consequências para tal política.

Átomos no país tropical – a descoberta do potencial nuclear brasileiro

O período entre e pós as Guerras Mundiais do século XX vivenciou verdadeira “corrida” entre os países em busca do domínio da tecnologia nuclear e das reservas dos minerais radioativos (ROSA, 1985). O Brasil era um dos países que possuíam reservas de urânio e tório. Recursos ambicionados pelos EUA e que passam a habitar a agenda de diálogos bilaterais entre o Brasil e a superpotência do Norte. Em 1940, Brasil e EUA iniciam o Programa de Cooperação para Prospecção de Recursos Minerais (ANDRADE, 2006). Esse acordo possibilitou que geólogos e especialistas estadunidenses fizessem um levantamento no território brasileiro para identificar o potencial das reservas de tório, urânio e petróleo do país (GUILHERME, 1957; OLIVEIRA, 1999). Em 1945, durante a Conferência Interamericana sobre os Problemas da Guerra e da Paz, os EUA negociaram com o Brasil um acordo para venda dos minerais físséis. No mês anterior, o secretário de Estado norte-americano havia visitado o Brasil e solicitado ao presidente Vargas um contrato para exploração das areias monazíticas (CAMPBELL; HERING, 1975, p. 286 *apud* MOURA, 1990). Para tanto, o governo brasileiro concorda assinar o 1º Acordo Atômico, pelo qual concordava vender cinco mil toneladas anuais de monazita no período de três anos (SOARES, 1977, p. 174 *apud* OLIVEIRA, 1999; GUILHERME, 1957).

Todavia, tal acordo não foi plenamente aceito no Brasil. Com a deposição de Getúlio Vargas e ascensão de Eurico Gaspar Dutra, a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional (CSN) propõe ao presidente um ajuste no acordo. O presidente da Comissão de Estudos e Fiscalização de Minerais Estratégicos (CEFME) propõe ao CSN que as cotas anuais da monazita se tornem fixas (SKIDMORE, 1982). Ao mesmo tempo, debatia-se no Congresso projeto de lei contrário à exportação da monazita





(GUILHERME, 1957)⁴. Havia quem defendesse que o CSN, responsável pelos problemas relativos à defesa do país, deveria previamente assentir a “exploração de quaisquer indústrias que interessem à segurança do País” (CF BRASIL, 1946).

No governo Dutra, observa-se o aumento do papel do Congresso Nacional como “supervisor” da PEB e a diminuição da “personalização” do processo decisório, com o momentâneo afastamento de personagens como Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha do proscênio da política nacional. Há, ainda, claro fortalecimento do papel do MRE. Naquela conjuntura, o Itamaraty busca maior aproximação com os estadunidenses (MOURA, 1990). Contudo, surgem divergências na agenda de política externa para a questão nuclear, questionando-se a política de exportações da monazita para os EUA firmadas no 1º Acordo Atômico.

A Comissão de Energia Atômica (CEA), órgão da ONU, torna-se o palco das negociações sobre os temas nucleares internacionais. Nesse âmbito, os EUA defendem gestão internacional das reservas de urânio e tório. O Brasil, representado pelo almirante Álvaro Alberto⁵, baseando-se no princípio das “compensações específicas”⁶, defendia melhores preços para as matérias-primas e a transferência de tecnologia para os países exportadores dos minerais físseis (ANDRADE, 2006; MOURA, 1990). Posição também apoiada pelo CSN e pela CEFME (ATA DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1947). Observa-se que, após a celebração do 1º Acordo, novos (ou nem tão novos) atores buscam influir no processo decisório sobre o tema. Raul Fernandes (Itamaraty) convoca o CSN para instruir o representante brasileiro na ONU. A CEFME passa a defender a restrição das exportações de areias monazíticas brasileiras (MOURA, 1990). O almirante Álvaro Alberto destaca a falta de órgãos responsáveis pela energia atômica no Brasil – fato que levaria à criação, no governo Dutra, do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) (ANDRADE, 2006).

Contudo, a vontade de aquisição da tecnologia nuclear pelo Brasil esbarrava na Lei McMahon (EUA), que proibia a troca de tais informações entre os países (GUILHERME, 1957). Nessa conjuntura, o presidente dos EUA, Henry Truman,

4 Projeto de Lei nº 418/47 do Deputado José Maria Crispim (GUILHERME, 1957).

5 Álvaro Alberto da Mota e Silva havia sido professor de química na Escola Naval, na qual introduziu a física nuclear e suas aplicações na grade curricular da escola. Conheceu Albert Einstein e Enrico Fermi (ROCHA FILHO; GARCIA, 2006).

6 As compensações específicas exigidas constituíam: 1) compra de sais de cério e terras raras, em igual quantidade à da monazita *in natura*, a fim de proteger as indústrias nacionais de tratamento químico; 2) auxílio para aquisição e montagem de um reator nuclear no Brasil e; 3) auxílio para obtenção de equipamentos para refinar a monazita (BANDEIRA, 1994).





visita o Brasil tendo como uma de suas agendas a renovação do 1º Acordo Atômico. O Itamaraty era favorável à renovação, mas o CSN impede tal acordo (MOURA, 1990). Porém, Hildebrando Acioli, chanceler interino brasileiro, e Herchel Johnson, embaixador norte-americano, estabelecem o chamado “Acordo Administrativo”, autorizando a manutenção das pesquisas geológicas e da exportação da monazita (GUILHERME, 1957). No entanto, havia preocupação de ambos os governos sobre a situação das negociações bilaterais sobre o tema (NARA. Johnson a Secretaria de Estado, 6 jan., 1950). Se o Itamaraty defendia a continuidade das exportações dos minerais, a CEFME apoiava as exigências de Álvaro Alberto no plano internacional e defendia a priorização do desenvolvimento da tecnologia no país.

Assim, de modo a identificarmos o processo de decisão e as consequências do 1º Acordo Atômico (1945), devem ser observados alguns fatos. Antes de sua assinatura, durante a II Guerra Mundial, o Brasil havia firmado com os EUA entendimentos para fornecer informações geológicas sobre as areias monazíticas. Afirmam Bandeira (1998) e Moura (1990) que o interesse do Brasil não era a guerra, mas benefícios quanto à sua posição militar na região e na nova ordem internacional. Nesse sentido, distintos projetos de industrialização estavam em negociação (BANDEIRA, 1998). Portanto, exportar as areias monazíticas era uma decisão estratégica proveitosa nos campos militar e econômico. O interesse em ampliar a cooperação junto à superpotência ocidental emanava do Itamaraty, único ator com capacidade decisória sobre o tema naquele momento. Essa instituição consistia em burocracia especializada e unidade de decisão que possuía a autoridade de empenhar os recursos da sociedade e escolher determinado curso de ação (HERMANN, 2001). Ao intermediar os diálogos para consecução do acordo por meio da troca de notas com a embaixada norte-americana (OLIVEIRA, 1999), o Itamaraty torna-se o *single group* para a decisão do primeiro acordo atômico (HERMANN, 2001). Contudo, após a celebração do acordo, atores como o CSN e a CEFME passam a tentar influenciar ou mesmo modificar decisões (GUILHERME, 1957).

Portanto, tal prevalência da posição da vontade do Itamaraty naquele momento provocou assimetria na distribuição de *payoffs* entre os atores interessado no tema. Se, por um lado, o Itamaraty apoiava a renegociação do primeiro acordo; por outro, debatia-se, no Congresso, lei contra as exportações. Ainda, a CEFME apoiava a agenda de Álvaro Alberto nas Nações Unidas e o CSN havia aconselhado a não-renovação do acordo. A própria criação da CEFME, ligada ao CSN, refletia a preocupação dos militares em limitar a exportação dos minérios atômicos. (WRODEL, 1986, p. 36, *apud* SOUZA, 2011). Tais divergências e assimetrias no





processo de decisão acabam desestabilizando os acordos firmados, ficando clara a disputa de distintos grupos de interesse que, diante da opção nuclear, buscam influenciar nas escolhas que serão tomadas ao longo da década de 1950.

Futebol político no gramado radioativo – nacionalismos e interesses (1951-1952)

Getúlio Vargas retorna à presidência da República em 1951. Entretanto, os desafios internos e externos que o novo governo enfrentaria acabariam por desestabilizá-lo. Do ponto de vista da questão nuclear, Vargas teria o desafio de conciliar diferentes interesses, tendo em vista o acirrado debate em torno da melhor estratégia para o desenvolvimento do país. Fato que inflamava ânimos civis e militares. As alternativas para o desenvolvimento nacional faziam divergir o papel do Estado e do capital estrangeiro. Ainda, o gerenciamento dos recursos energéticos – o petróleo e os minérios atômicos – era, também, tema de grande controvérsia (PEIXOTO, 1980).

No cenário de Guerra Fria, a política externa dos EUA é modificada visando manter seu nível de influência na região através da “rigidez ideológica”. A prioridade era garantir o livre fluxo de investimentos privados e o fornecimento das matérias-primas fundamentais para sua produção industrial. Nesse sentido, diminui-se a margem de manobra de países dependentes como o Brasil (HIRST, 1990). Durante a IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada em março de 1951, os acordos bilaterais entre Brasil e Estados Unidos versavam sobre financiamento para a industrialização e garantia de suprimentos bélicos. O Brasil propunha exportar manganês e areias monazíticas. João Neves da Fontoura, ministro das Relações Exteriores, acreditava que tais concessões brasileiras trariam bons resultados ao país. Assim, agenda-se a visita de técnicos estadunidenses ao Brasil para o estudo das condições necessárias ao estabelecimento de pesquisas brasileiras sobre os elementos físséis (AHI. João Neves a Dulles, 12 abr., 1951) (BANDEIRA, 1998).

A nova estratégia dos EUA para a América Latina impunha contrapartidas ao Brasil (CERVO; BUENO, 2002). Paralelo às discussões no campo militar, negociava-se o envio de tropas brasileiras à Guerra da Coreia (HIRST, 1990). Vargas negociava a concessão do manganês e da monazita, em troca de armamentos para as Forças Armadas (BANDEIRA, 1998). Para tanto, o presidente da *Atomic Energy*





Commission (AEC), Gordon Dean, visita o Brasil e renova o Acordo Atômico. Acordo que “na realidade, selava a interferência dos Estados Unidos sobre o processo decisório da política nuclear brasileira” (HIRST, 1990, p. 11). No entanto, são claras as divergências em relação ao acordo. O almirante Álvaro Alberto defendia que os EUA propiciassem o aperfeiçoamento de cientistas brasileiros nos EUA, o auxílio na construção de um reator no Brasil e informações sobre refinamento e produção (AHI. Franco ao MRE, 31 out., 1951).

Tais demandas estavam relacionadas à vontade de se criar um conselho de pesquisas que promovesse o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil. Tal vontade, já expressa há mais de duas décadas, acaba por se materializar na criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 1951, presidido pelo próprio Álvaro Alberto⁷ (ANDRADE, 2006). As exportações dos principais minérios radioativos passavam a ser monopólio do CNPq, que só as autorizaria mediante “compensações específicas”. Essas estabelecidas secretamente pelo CSN (com a participação do CNPq e do Estado-Maior das Forças Armadas) buscando o *know-how* da tecnologia nuclear, facilidades para a compra de equipamentos e o desenvolvimento de capacidade de produção da energia atômica pelo Brasil (BANDEIRA, 1994). Contudo, tal posição do CNPq entrará em choque com as diretrizes defendidas pelo Itamaraty (SANTOS, 2008).

Observa-se que o “programa atômico” do Governo Vargas adota política tripartite: prospecção mineral, industrialização do urânio e desenvolvimento da tecnologia nuclear⁸. O CNPq ficava encarregado de formar especialistas na área, construir infraestrutura para pesquisa e industrialização do urânio e obter matéria-prima. Álvaro Alberto acreditava que o Brasil atingiria independência econômica e, conseqüentemente, segurança nacional por meio da ciência e da energia nuclear (SANTOS, 2008; ANDRADE, 2006). Em resposta às demandas de “compensações específicas”, os EUA argumentavam com as restrições impostas pela Lei McMahon, fato que dificultava a assinatura do 2º acordo atômico nos termos pretendidos pelo CNPq (BANDEIRA, 1994; GUILHERME, 1957).

A solução encontrada pelo governo Vargas foi a criação da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos (CEME). Proposta pelo chanceler João

7 Lei n. 1.310/51. O CNPq era uma autarquia vinculada diretamente à Presidência da República.

8 Pela lei, o CNPq adquiria toda a produção das empresas de capital privado que realizavam a extração e industrialização da monazita. Além da Orquima – Indústrias Químicas Reunidas S.A, faziam parte também do leque de empresas: Sulba S.A.; Inaremo (Indústrias Nacionais de Refinação da Monazita Ltda.); Mibra (Monazita e Ilmenita do Brasil S.A.) (ANDRADE, 2006).





Neves da Fontoura, tal instituição, subordinada ao Itamaraty e presidida pelo ministro das Relações Exteriores, foi criada pelo Decreto nº 30.583/02/1952 para assumir o controle das reservas minerais (em detrimento do CNPq). Tal manobra institucional foi fundamental para viabilizar a assinatura do 2º Acordo Atômico sem nenhuma “compensação específica” (GUILHERME, 1957; ANDRADE, 2006). O referido acordo previu o fornecimento total de 7.500 toneladas de monazita, sais de cério e terras raras por um período de três anos (GUILHERME, 1957; BANDEIRA, 1994). Contudo, os EUA realizam o total da compra em apenas um mês (ANDRADE, 2006; GUILHERME, 1957). Fato a destacar foi a posição do vice-presidente do CNPq, coronel Dubois Ferreira, que aprova tal acordo sem o aval do conselho deliberativo da própria instituição. Álvaro Alberto havia sido enviado por Vargas ao exterior (ANDRADE, 2006). O CSN nem foi consultado, tomando conhecimento da transação sete meses depois da assinatura. Ocasão em que manifesta seu descontentamento pela Exposição de Motivos n. 696, de 14/10/1952 (BANDEIRA, 1998).

Divergências também foram manifestas na execução do acordo, tanto a partir da percepção do crescente interesse comum das partes em relação aos recursos físseis (AHI. Pinto ao Embaixador do Brasil, 12 ago., 1952) e, posteriormente, quanto ao cumprimento do acordo (AHI. Carvalho a Vicente Ráo, 15 set., 1953). Assim, apesar de colocar a execução integral do 2º Acordo Atômico em risco, os EUA continuam demonstrando interesse na monazita brasileira (AHI. Pinto ao Embaixador do Brasil, 12 ago., 1952). Evidencia-se o constrangimento exercido pela conjuntura da Guerra Fria. Para os EUA, era importante assegurar os materiais estratégicos e o envio de tropas à Coreia. Para o Brasil, desenvolvimento era palavra-chave, seja através do incentivo à indústria nacional ou por meio da atração de capital estrangeiro. Dessa forma, a manobra política do Itamaraty em propor a criação de um órgão com atribuições anteriormente dadas ao CNPq contribuiria para a assinatura do acordo com os EUA. Mas, ao mesmo tempo, marcaria seu resultado a assimetria de *payoffs*, pois, o CSN não é consultado, a Orquima⁹ fica descontente com o material estocado e o CNPq não recebe as pretendidas ‘compensações’.

Dessa forma, no processo decisório que levou ao 2º Acordo Atômico (1952), encontramos dois atores autônomos: o CNPq e o Itamaraty (a CEME era vinculada

⁹ A Orquima era de iniciativa privada, presidida por Augusto Frederico Schmidt (ARCHER *apud* ROCHA FILHO; GARCIA, 2006). A empresa era responsável pelo processamento das areias monazíticas (VASCONCELLOS, 2000).





ao MRE). Nos termos de Hermann (2001) constitui-se *a coalition of autonomous actors*, quando duas ou mais entidades têm a capacidade decisória; mas, apenas em concordância, podem alocar tais recursos. Na ocasião do 2º Acordo, não encontramos, inicialmente, concordância entre as unidades de decisão. Itamaraty e CNPq possuíam agendas distintas para a mesma matéria. Contudo, no momento da decisão, o acordo foi aprovado com o aval do CNPq, representado pelo coronel Ferreira. Álvaro Alberto, mesmo ausente, estava ciente dos termos da negociação e negocia nos EUA a inclusão no acordo da compra de um acelerador de partículas.

Como resultado, observamos uma ação simbólica fragmentada (com pontos de impasse) na qual cada membro da unidade de decisão busca agir por conta própria e/ou se mostra insatisfeito com o comportamento dos demais (HERMANN, 2001). Dessa forma, encontramos ações unilaterais por parte do CNPq, quando Álvaro Alberto propõe uma agenda provisória sem que todos do Conselho Deliberativo do próprio CNPq soubessem (ANDRADE, 2006); e do Itamaraty, quando propõe a criação do CEME (dentro do MRE) para assumir o controle das reservas minerais. Mais uma vez, a assimetria de *payoffs* se faz presente, uma vez que o CSN havia sido excluído do processo decisório e o CNPq havia falhado na barganha pelas compensações específicas. Portanto, o “futebol político” das areias monazíticas no Brasil ainda traria novos lances e emoções (NARA. Johnson a Secretaria de Estado, RJ, 4 jan., 1951).

Castelos de Areia – a quimera da usina nuclear no Brasil (1953-1954)

Em abril de 1953, Álvaro Alberto reitera ao Itamaraty a necessidade de manutenção do princípio das “compensações específicas”. Nesse sentido, reivindicam-se facilidades na aquisição de reatores experimentais e na produção de energia. Vontade compartilhada pela secretaria geral do CSN (BANDEIRA, 1998). O almirante leva ao AEC um programa de cooperação técnica no campo da energia atômica. Os EUA concordam, propondo assistência na tecnologia de reator nuclear e treinamento de cientistas brasileiros. Em contrapartida, o Brasil oferece suprimentos de minério concentrado (AHI. Carvalho a Vicente Rao, RJ, 28 set., 1953). Entretanto, de acordo com Bandeira (1998), Gordon Dean permanecia na posição de recusa de qualquer cooperação sobre reatores, apenas permitindo o acesso de tecnologia já desclassificada.





Tais dificuldades nas negociações ameaçavam levar a Orquima S.A. à bancarrota, uma vez que essa empresa detinha toneladas de materiais nucleares estocadas. Oficiais da Orquima e do CSN planejam, então, construir um reator e uma usina nuclear com a aprovação de Vargas. Assim, Álvaro Alberto estabelece negociações com países europeus, fato que terá implicações nos diálogos com os EUA (WEIS, 1993). Relação que ainda era afetada pela política de contenção do governo Eisenhower, que tornava essencial o aprimoramento da tecnologia nuclear para garantir a superioridade dos EUA no sistema internacional (PECEQUILO, 2011).

No início de 1954, com a revisão da Lei McMahon, as informações sobre reatores de pesquisa de baixa potência puderam ser divulgadas. Assim, os EUA começam a fazer acordos de cooperação com outros países. Era o início do programa “Átomos para a Paz” (ANDRADE, 2006). Representantes do CNPq e da AEC se reuniram para discutir o projeto de exploração do urânio. Para a AEC, a cooperação entre entidades públicas e privadas era benéfica e desejável. Assim, o Brasil poderia adquirir parte da tecnologia nuclear em troca do acesso dos EUA às áreas do território brasileiro que possuíssem minérios uraníferos (AHI. Muniz a Vicente Rao, Washington, 14 jul., 1954). O governo estadunidense entendia a importância das fontes de recursos estratégicos. Passa-se a defender a política da estocagem (AHI. Muniz a Vicente Rao, Washington, 14 jul., 1954).

No entanto, a busca de novas parcerias pelo Brasil no campo da energia atômica começa a preocupar os EUA. O embaixador Walter Walmsley recomenda ação imediata do governo dos EUA para que o Brasil fosse atendido, em parte, em sua demanda por financiamentos para seu programa de desenvolvimento econômico (NARA. Walmsley ao Departamento de Estado, RJ, 8 jun., 1953). Assim, o governo estadunidense concorda em renegociar o Acordo de 1952. Propõe comprar da Orquima cinco mil toneladas de monazita e cinco mil toneladas de sulfato sódico de terras raras e a quantidade de sais de tório resultante desse processamento, pelo valor de 6,7 milhões de dólares em trigo do excedente norte-americano (100 mil toneladas) (WEIS, 1993; GUILHERME, 1957).

Ato contínuo, em 20 de agosto de 1954, firmava-se o 3º Acordo Atômico, aprovado por Vargas na tentativa de minimizar as divergências com os EUA em decorrência das políticas nacionalistas adotadas no Brasil (ANDRADE, 2006). O CNPq protesta contra tal acordo e recomenda sua revogação, alegando que ele contemplava somente interesses comerciais (GUILHERME, 1957; ANDRADE, 2006). Getúlio suicida-se em 24 de agosto de 1954, quatro dias após a assinatura do entendimento bilateral (SKIDMORE, 1982).





O 3º Acordo Atômico (1954), apesar de também ter sido firmado durante o segundo governo Vargas, dá-se em conjuntura diferenciada. Na ocasião, Álvaro Alberto já havia proposto à AEC um programa de cooperação técnica. Com apoio do CSN, ele defendia junto ao Itamaraty a necessidade das “compensações específicas”. Contudo, a AEC resistia em disponibilizar os recursos tecnológicos requeridos e, ao mesmo tempo, buscava garantir o fornecimento da matéria-prima. Ocorre que, com a anterior denúncia do 2º acordo pelos EUA, a Orquima e o CSN começam a defender a construção de um reator e uma usina nuclear. Álvaro Alberto começa a negociar a compra de três ultracentrífugas alemãs. Também busca novas parcerias no setor, sendo as negociações com a França um exemplo. Todos esses fatos acabam preocupando o governo dos EUA (ANDRADE, 2006). De fato, CNPq, CSN e Orquima haviam atuado, com a aprovação do presidente Vargas (sem consultar o Itamaraty), buscando resolver a questão do material estocado e da obtenção de tecnologia através de parcerias internacionais “alternativas”. Porém, tais planos são interrompidos quando os EUA optam pela renegociação e firmam o 3º Acordo Atômico. Nesse processo, encontramos a prevalência, mais uma vez, da posição do Itamaraty, *single group* que assegura a vitória de sua posição no acordo.

Também encontramos nesse acordo uma distribuição de *payoffs* que atendia aos interesses do *single group*. Enquanto o CNPq exigia o cumprimento integral do acordo anterior, o Itamaraty firma o “Acordo do Trigo”, que previa a liberação do trigo *Hard Winter* nº 2, à medida que fossem exportados os minérios brasileiros (OLIVEIRA, 1999). Ao receber um ofício confidencial do Departamento Econômico e Consular do Itamaraty, juntamente com uma cópia do acordo, a divisão técnico-científica do CNPq protesta sobre os termos estabelecidos. No ano seguinte, o conselho deliberativo do CNPq aprova uma resolução contrária ao acordo, que previa interesses puramente comerciais (GUILHERME, 1957; ANDRADE, 2006).

Nesse período, os jornais com orientações mais críticas aos EUA, como Imprensa Popular, denunciavam exportações clandestinas das areias monazíticas e acusam os EUA de exercer “imperialismo ianque”. Apontam, ainda, a “subserviência do governo de Vargas aos seus patrões de Wall Street” (Imprensa Popular, 1953) com a anuência do Ministério das Relações Exteriores. A morte de Getúlio geraria disputa política e grande agitação no país. A política externa brasileira entra na pauta das discussões do Congresso Nacional com a denúncia feita pelo deputado Roberto Moreno sobre o contrabando dos minerais atômicos do Espírito Santo (Imprensa Popular, 1953). No turbilhão gerado pelo reavivamento do sentimento





nacionalista e pelas manifestações de antiamericanismo, o escândalo dos documentos secretos irá ganhar força no debate nacional, culminando com a instauração da CPI da Energia Atômica.

Areias escaldantes – o debate no Congresso Nacional (1955-1959)

Café Filho, ao assumir a presidência da República após o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954, altera a política nuclear (OLIVEIRA, 1999). Retira a capacidade negociadora externa do CNPq e empossa o general Juarez Távora na chefia da Casa Militar, para liderar a corrente contraposta às ideias de Álvaro Alberto no CNPq, instituição que abrigava sentimentos contraditórios referentes às políticas nacionalistas no campo nuclear (FAUSTO, 2008; ANDRADE, 2006). A *Atomic Energy Commission* também convivía com críticas a tais políticas, chegando a atribuir ao almirante Álvaro Alberto as dificuldades na negociação sobre o tema nuclear (NARA. Hoover a embaixada dos EUA, Washington, 4 fev., 1955).

A AEC orientava a embaixada norte-americana no Rio de Janeiro a apresentar ao governo brasileiro um programa que permitisse prioridade aos EUA na compra de todo urânio excedente produzido (NARA. Hoover a embaixada no Brasil, Washington, 4 fev., 1955). (Tudo indica que tal programa estava relacionado à Orquima, que passava por dificuldades uma vez que o CNPq não possuía recursos para adquirir sua produção) Em setembro de 1954, o CNPq recomendou que o governo concedesse autorização à empresa para que exportasse óxido de tório, na expectativa de obter as “compensações específicas”. Logo após, o Itamaraty submete à apreciação do CNPq a proposta do governo norte-americano para a compra adicional de 200 toneladas de óxido de tório por dois anos consecutivos (GUILHERME, 1957).

Segundo Bandeira (1994), diante da divergência entre o MRE e o CNPq, Juarez Távora decide intermediar diretamente os diálogos com a embaixada estadunidense. Nesse contexto, quatro *documentos secretos* são trocados, nos quais Távora constatava que as “compensações específicas” seriam negadas e que se buscava exclusividade com o Brasil no campo da energia atômica (BANDEIRA, 1994). Em meio a esses diálogos, o general afirma ao embaixador estadunidense James Clement Dunn que daria prioridade ao acordo proposto (NARA. Dunn a Secretaria de Estado, RJ, 22 mar., 1955). O próprio chanceler Raul Fernandes





escreve a Dunn afirmando a disponibilidade do Brasil em fazer o acordo (NARA. Dunn a Hoover, RJ, 6 abr., 1955).

No início de 1955, Juarez Távora articula com o ministro Raul Fernandes a obtenção de uma declaração do governo norte-americano sobre os equipamentos e a ajuda técnica que ofereceriam em contrapartida à exportação dos minerais físséis (GUILHERME, 1957). Semanas depois, Álvaro Alberto seria exonerado da presidência do CNPq (BANDEIRA, 1994). Na ocasião da demissão do almirante, o embaixador Dunn ressalta a necessidade de uma orientação peremptória dos EUA na condução da política nuclear brasileira (NARA. Dunn a Secretaria de Estado, RJ, 22 mar., 1955). Para o embaixador, um acordo melhoraria a imagem dos EUA no Brasil e poderia influenciar na questão do petróleo (NARA. Dunn a Hoover, RJ, 6 abr., 1955). Dessa forma, Raul Fernandes apoia a proposta da Orquima, pela qual os EUA comprariam 300 toneladas de óxido de tório. No CNPq, a exportação também é aprovada, contudo, com algumas mudanças. Com isso, após exposição do chanceler Macedo Soares a favor do acordo, o presidente Juscelino Kubitschek aprova o 4º Acordo Atômico (GUILHERME, 1957).

Assim, de modo a resumir as negociações do 4º Acordo Atômico (1955), temos: a proposta, feita ainda no governo Café Filho, era para que os EUA comprassem toda a produção do urânio excedente da Orquima. Havia, naquele momento, entendimento dos *policymakers* sobre a necessidade do acordo (OLIVEIRA, 1999). O Itamaraty apoiava a proposta da AEC para que se estabelecesse um programa de reconhecimento conjunto dos minerais físséis através da exclusividade das exportações por uma empresa brasileira. O CNPq, além da resolução do problema da Orquima, queria obter as já famosas “compensações específicas”. No entanto, tendo em vista a emergência de divergências entre as agências envolvidas no processo decisório, Juarez Távora decide negociar diretamente com a embaixada dos EUA no Brasil. De modo autônomo, ele garante ao representante estadunidense o acordo proposto. Da mesma forma agia o ministro Raul Fernandes ao escrever pessoalmente ao embaixador Dunn sobre a disponibilidade do Brasil em firmar a negociação. Os EUA não tinham interesse nas “compensações específicas”. Assim, a única saída seria afastar Álvaro Alberto da presidência do CNPq, visto como obstáculo às negociações. Posteriormente, no governo Kubitschek, CEME e CNPq, presidido por Baptista Pereira, acabam por aprovar a proposta¹⁰.

10 Antes de sair, Álvaro Alberto, articula a criação da Comissão de Energia Atômica (CEA) dentro do CNPq, estabelecendo a separação da energia nuclear das atividades de ciência e tecnologia na instituição.





Do ponto de vista analítico, mais uma vez encontramos a emergência do *single group* na decisão. Dessa vez, o grupo era formado pelo Itamaraty, representado pelo ministro Raul Fernandes e o general Juarez Távora, esse último assumindo liderança no processo decisório. Fato não observado nos acordos anteriores. Conforme descrito, Juarez Távora troca correspondências secretas com os representantes dos EUA, gerando forte reação política no Brasil. Como consequência, instaura-se CPI para discutir a política nuclear brasileira. Apesar de não ser um *powerful leader*, Távora representava um grupo que possuía alinhamento com os EUA e ressalvas à agenda posta pelo CNPq (ANDRADE, 2006). Por conseguinte, esse entendimento facilitou a aprovação da proposta após a diminuição das capacidades do CNPq (primeiro, quando o governo Café Filho retira seu poder de negociar no exterior; depois, com a exoneração do Almirante Álvaro Alberto de sua presidência), e facilitou o estabelecimento do 4º Acordo Atômico pelo *single group*.

Dessa forma, temos o que Hermann (2001) conceitua como *lopsided compromise* (prevalência dos interesses de um grupo quando ele concorda em ceder em algumas de suas demandas). Assim, os *policymakers* envolvidos no tema concordam sobre a necessidade do acordo, observando-se a flexibilização dos interesses do Itamaraty frente às demandas do CNPq (OLIVEIRA, 1999). Contudo, apesar de tal vontade negociadora, permanece a assimetria de *payoffs* com a prevalência das posições do Itamaraty. Tal assimetria ganharia força, dada a importância que o tema nuclear ganha em âmbito nacional. Em meados de 1955, a imprensa criticava os termos dos acordos estabelecidos entre Brasil e EUA. Naquele momento, o país vivencia sentimento de descontentamento e repulsa aos EUA, pois a expectativa da nova sociedade brasileira, mais industrializada e urbanizada, não condizia com a prioridade global da política externa norte-americana que punha fim à “política de bons parceiros” (FERREIRA, 2012).

A decisão de se criar a CPI¹¹ refletia a longa disputa de interesses entre diferentes setores políticos do país (SALLES, 1958)¹². No centro dos debates, fartamente estampado nas páginas da imprensa nacional, estava a pressão “indevida” feita ao governo brasileiro pelos EUA, com o consentimento do Itamaraty (ANDRADE, 2006). Após ser informado da existência dos documentos secretos por Edmundo Barbosa da Silva, chefe do Departamento Econômico e Comercial do Itamaraty, o Presidente Kubitschek autoriza Renato Archer a proferir

11 Criada por meio da resolução nº 49 de 10/12/1956.

12 Ao mesmo tempo, o Projeto de Lei n. 944/1956 do deputado Dagoberto Salles era debatido no Congresso, para criação e regulamentação da Comissão Nacional de Energia Atômica (ANDRADE, 2006).





acalorado discurso na Câmara, em 6 de junho de 1956 (ARCHER *apud* ROCHA FILHO; GARCIA, 2006). Com a exposição dos documentos secretos, explicitava-se a insatisfação do governo norte-americano com a atuação de Álvaro Alberto no CNPq e as ameaças de suspensão da cooperação dos EUA com o Brasil caso as negociações com a Alemanha fossem executadas. Também ficava clara a existência não oficializada de um “tratado” de pesquisa conjunta de minerais radioativos, assim como de contratos de compras individuais de urânio (SALLES, 1958; ARCHER *apud* ROCHA FILHO; GARCIA, 2006).

Entre as consequências da CPI estão a proposição da formulação de legislação específica sobre energia atômica e a aprovação das Diretrizes da Política de Energia Atômica. Tais resoluções buscavam a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), a formação de pessoal especializado, a produção de combustíveis nucleares e o cancelamento das exportações de óxido de tório aos EUA. Além disso, pretendia-se que qualquer negociação externa sobre a matéria-prima deveria ser aprovada pelo Congresso. A CNEN é criada e posta sob o comando da Presidência da República, logo assume todas as responsabilidades do CNPq na área nuclear (ANDRADE, 2006). Posteriormente, surgiria o Instituto de Energia Atômica (IEA) (ANDRADE, 2006).

Ao longo de 1956, a insatisfação por parte do governo norte-americano com o Brasil aumentava. Os EUA interpretavam a iniciativa do CSN de suspender as vendas do tório e a intenção anunciada pelo governo brasileiro em abandonar o Programa Conjunto para o Reconhecimento dos Recursos do Urânio como resultado da “*communist-nationalist campaign*” no Congresso Nacional do Brasil. Contudo, JK e Macedo Soares afirmam ao embaixador norte-americano, Ellis O. Briggs, que isso havia sido apenas uma “manobra tática” para desviar a atenção da agitação. E que não refletia em nenhuma mudança no interesse do governo brasileiro em cooperar no setor atômico com os EUA (NARA. Holland a Bernbaum, 10 set., 1956). Os entendimentos com a AEC para a construção de reatores de potência no Brasil levam à ampliação de um acordo já existente (AHI. Embaixada brasileira a Soares, Washington, 9 mai., 1956). Entretanto, os EUA observavam a possibilidade de o Brasil cancelar o acordo de exploração (NARA. Dulles para embaixada norte-americana em Lima, RJ, 5 set., 1956). Sob clima de desconfiança, as conversações sobre o reator de pesquisas prosseguem (NARA. Dulles a embaixada dos EUA, 14 set., 1956).

O diplomata Maurice Bernbaum constata que o Brasil só teria interesse em exportar materiais nucleares caso adquirisse vantagens no campo da energia





atômica. Segundo ele, essa barganha representava uma nova política das exportações desses materiais, mas que não se confundiria com uma mudança na cooperação com os EUA (NARA. Rubottom a Bernbaum, 28 set., 1956). Assim, Amaral Peixoto tentava fazer concessões para que as divergências fossem dirimidas, demonstrando interesse no programa de prospecção de urânio e deixando em aberto a possibilidade de um novo acordo (NARA. Embaixada dos EUA para Departamento de Estado, RJ, 21 dez., 1956). Ficava claro que interessava ao governo brasileiro conseguir investimentos norte-americanos para a consecução do Plano de Metas colocado em curso no governo JK.

No início de 1957, a cooperação Brasil-EUA caminhava a passos lentos, tanto a respeito dos reatores de pesquisas, quanto dos reatores de potência. Nas negociações entre a CNEN e a AEC para renovação do acordo de prospecção, propõe-se cláusula que previa controle indireto dos EUA sobre as reservas de urânio brasileiras, ditando que todas as vezes que o Brasil desejasse vender urânio no mercado internacional, os EUA teriam a preferência. Como essa mudança precisava da aprovação da AEC, a solução temporária encontrada foi estender o acordo vigente até 1957 (NARA. Briggs a Bernbaum, RJ, 27 maio, 1957). O mesmo ocorreu sobre a provisão de combustíveis para os reatores (NARA. Briggs ao Departamento de Estado, RJ, 27 maio, 1957). Diante das demandas brasileiras, o secretário de Estado Foster Dulles aponta o impasse em documentação secreta enviada à embaixada dos EUA no Brasil (NARA. Dulles a embaixada dos EUA, Washington, 11 jun., 1957).

A situação interna no Brasil seria influente para o resultado de tais negociações com os EUA. Segundo relata a embaixada norte-americana, se o acordo fosse feito nos termos pretendidos pelos EUA, ele seria atacado pela oposição nacionalista, que exercia influência na opinião pública. Assim, sendo impossível a mudança no acordo, advogava-se o encerramento das negociações (NARA. Briggs a Rubottom, 13 jun., 1957). Conforme o exposto na documentação trocada entre Brasil e EUA, observava-se que o almirante Cunha (presidente da CNEN) sofria pressão para continuar negociando, uma vez que EUA negociavam no plano externo acordos bilaterais (NARA. Briggs ao Departamento de Estado, 13 jun., 1957), ao mesmo tempo que propunham uma troca de notas com o Brasil (NARA. Embaixada dos EUA à Secretaria de Estado, RJ, 27 jun., 1957). Nesse sentido, a AEC faz contraproposta concedendo um artigo que correspondia à sugestão do Brasil e resguardando outro que mantinha vantagens aos EUA na produção uranífera brasileira (AHI. Peixoto ao MRE, 28 jun., 1957). Em julho de 1957, o governo





brasileiro acaba concordando em assinar o acordo Átomos para Paz (NARA. Departamento de Estado à embaixada dos EUA, 26 dez., 1957). Ao final do ano de 1957, o Acordo Misto para Prospecção de Urânio no Brasil estava concluído (AHI. Embaixador do Brasil ao MRE, Washington, 31 jul., 1957). Assim, vemos que a política nuclear sobre as exportações dos minerais atômicos, apesar dos apelos mais “autonomistas”, não foi alterada em sua essência (ANDRADE, 2006). Dessa forma, a dependência do Brasil aos EUA no setor nuclear permaneceria até meados de 1961 (ANDRADE, 2012).

Portanto, observa-se que o programa desenvolvimentista do governo Kubitschek, ao buscar capital estrangeiro, deixava em segundo plano o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país. O orçamento do CNPq havia sido reduzido e os recursos para a pesquisa científica e qualificação de pessoal não eram prioridades. Dessa forma, as empresas que se instalavam no Brasil evitam a transferência de tecnologia da matriz, utilizando-se somente mão de obra local (ANDRADE, 2006). Repetia-se, assim, o dilema da aquisição de capacidade tecnológica própria. Drama típico dos países em desenvolvimento.

Conclusões

Levando-se em consideração os fatos expostos nesta análise, evidencia-se que a política relativa à energia nuclear provocou debates e questionamentos na sociedade brasileira desde seu início. Se hoje o domínio de tecnologia representa poder político e militar, no Brasil da década de 1950 representava também a possibilidade de desenvolvimento econômico. Ainda, fica claro que a construção da política nuclear brasileira fez emergir os interesses de diferentes grupos sociais do país. Nesse sentido, aclaram-se atores e interesses que, coabitando a cena política nacional, faziam parte do processo decisório sobre o tema. Portanto, pode-se afirmar que a formulação da política externa levou em conta aspectos internos e externos processados pelos tomadores de decisão atuando no âmbito das distintas instituições envolvidas nas “ocasiões para a decisão”. Fato que corrobora a hipótese da existência desta diversidade de interesses defendida pelo estudo.

A partir do quadro teórico formulado por Margaret Hermann (2001) foram identificados: a) o problema envolvido – exportações dos recursos atômicos do Brasil; b) os atores das unidades de decisão e como eles atuaram – Itamaraty, Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), Conselho de Segurança Nacional (CSN),





Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e Comissão de Estudos e Fiscalização de Minerais Estratégicos (CEFME) e; c) como tais unidades de decisão atuaram frente às conjunturas internas e externas.

Importante ressaltar a conjuntura da década de 1950 que, ao reorientar a política externa norte-americana para a América Latina, faz emergir profundos descontentamentos no Brasil. Assim, avoluma-se o sentimento “antiamericanista” em um país que havia iniciado sua industrialização e caminhava em busca dos “melhores caminhos” para seu desenvolvimento econômico. Sendo assim, as “compensações específicas” barganhadas por Álvaro Alberto eram percebidas como oportunidade de se criar e solidificar a indústria nuclear nacional através da busca de capital necessário aos investimentos para a industrialização. Demanda obstruída, em alguma medida, pela política externa dos EUA. Ficava evidente a existência de distintas concepções sobre o papel do capital externo no país. Contraposição que acaba transferida para a medida do grau de alinhamento que o Brasil deveria possuir com a superpotência do Norte. Portanto, os momentos de decisão sobre a política nuclear no Brasil são importantes do ponto de vista analítico para que se observem as diferentes concepções de interesse nacional existentes no período.

Em linhas gerais, encontramos, nas quatro “ocasiões para decisão” estudadas, interesses orbitando entre: cooperação militar, projetos de desenvolvimento/ industrialização e status político no sistema internacional. Após toda a análise do processo decisório, destacamos que houve distribuição assimétrica de *payoffs* entre os membros das unidades de decisão em cada ocasião. Isso significa que os resultados dessas decisões se tornaram instáveis, com maior possibilidade de serem revistas (HERMANN, 2001). Por esse motivo, concluímos que a decisão para instauração da CPI da Energia Atômica ocorre devido ao interesse de se rever escolhas adotadas no acumulado histórico da política nuclear brasileira até aquele momento. Vimos que durante os processos decisórios para a consecução dos Acordos Atômicos, o Itamaraty exerceu, majoritariamente, a autoridade em decidir problemas referentes à energia atômica. Dessa forma, no momento que leva à decisão para a CPI, encontramos alguns atores que, insatisfeitos com as escolhas do Itamaraty, irão influenciar e questionar as escolhas adotadas pelo governo brasileiro. Exemplo disso é o posicionamento crítico adotado por atores do CNPq e o CSN (ANDRADE; SANTOS, 2013). Mesmo assim, durante o processo de investigação da CPI, pouca mudança ocorre nas escolhas referentes à questão nuclear, fato que indica a “vitória” daqueles que defendiam política nuclear mais alinhada aos EUA.





Referências Bibliográficas

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY – AHI

AHI. João Neves a Dulles, 12 abr., 1951.

AHI. Franco ao MRE, 31 out., 1951.

AHI. Carvalho a Vicente Ráo, 15 set., 1953.

AHI. Pinto ao embaixador do Brasil, 12 ago., 1952.

AHI. Carvalho a Vicente Rao, RJ, 28 set., 1953.

AHI. Muniz a Vicente Rao, Washington, 14 jul., 1954.

AHI. Embaixada brasileira a Soares, Washington, 9 mai., 1956.

AHI. Peixoto ao MRE, 28 jun., 1957.

AHI. Embaixador do Brasil ao MRE, Washington, 31 jul., 1957.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. *A opção nuclear: 50 anos rumo à autonomia*. Rio de Janeiro: Editora MAST, 2006.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; SANTOS, Tatiane Lopes dos. *A dinâmica política da criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear, 1956-1960*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum., Belém, v. 8, n. 1, 2013, p. 113-128. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v8n1/v8n1a07.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2016.

ATA DA DÉCIMA SESSÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 1947. Ata da décima sessão realizada no dia 27 de agosto de 1947. 7 páginas. Disponível em: <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116912>. Acessado em: 18/12/16.

BANDEIRA, Moniz. *O Milagre Alemão e o Desenvolvimento do Brasil: As Relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização: I. Presença dos EUA no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1998.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Artigo 87; inciso IV. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm > . Acessado em: 11/12/2014.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Artigo 180; inciso III. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm > . Acessado em: 02/02/2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.121, de 3 de abril de 1946.

BRASIL. Lei n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e dá outras providências.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (Brasil). Resolução nº 49 de 11 de fevereiro de 1956. Diário do Congresso Nacional, Brasília, 11 fev. 1956. Seção 1, p. 1109.





Contrabando Americano de Areias Monazíticas. 1953. Imprensa Popular. Rio de Janeiro. 17. Nov. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/108081/per108081_1953_01655.pdf. Acessado em: 15/03/2016.

Crime de lesa-pátria.1953. Imprensa Popular. Rio de Janeiro. 17. Mar. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/108081/per108081_1953_01372.pdf. Acesso em: 15/03/2016.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques. *O Antiamericanismo de Cátedra: Desenvolvimento e Nacionalismo no Brasil na década de 1950*. 2012. 228p. Tese de doutorado – Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2012. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Orientador: Professor Dr. Antônio Carlos Lessa.

GUILHERME, Olympio. *O Brasil e a era atômica*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1957.

HERMANN, Margaret G. *How decision units shape foreign policy: A theoretical framework*. *International Studies Review*, v. 3, n. 2, 2001, p. 47-81.

HIRST, Mônica. *O Pragmatismo Impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990.

MOURA, Gerson. *O Alinhamento Sem Recompensa: a política externa do governo Dutra*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990.

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION – NARA

NARA. Johnson a Secretaria de Estado, 6 jan., 1950.

NARA. Johnson a Secretaria de Estado, RJ, 4 jan., 1951.

NARA. Walmsley ao Departamento de Estado, RJ, 8 jun., 1953.

NARA. Hoover a embaixada dos EUA, Washington, 4 fev., 1955.

NARA. Dunn a Secretaria de Estado, RJ, 22 mar., 1955.

NARA. Dunn a Hoover, RJ, 6 abr., 1955.

NARA. Holland a Bernbaum, 10 set., 1956

NARA. Dulles para embaixada norte-americana em Lima, RJ, 5 set., 1956.

NARA. Dulles a embaixada dos EUA, 14 set., 1956.

NARA. Rubottom a Bernbaum, 28 set., 1956.

NARA. Embaixada dos EUA para Departamento de Estado, RJ, 21 dez., 1956.

NARA. Briggs a Bernbaum, RJ, 27 maio, 1957.

NARA. Dulles a embaixada dos EUA, Washington, 11 jun., 1957.

NARA. Briggs a Rubottom, 13 jun., 1957.

NARA. Embaixada dos EUA à Secretaria de Estado, RJ, 27 jun., 1957.

NARA. Departamento de Estado à embaixada dos EUA, 26 dez., 1957.





- OLIVEIRA, Odete Maria de. *Os descaminhos do Brasil nuclear*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1999.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos EUA: continuidade ou mudança*. 4ª edição. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.
- PEIXOTO, Antônio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das forças armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain (Org). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.
- ROCHA FILHO, Alvaro; GARCIA, João Carlos Vitor (Orgs). *Renato Archer: energia atômica, soberania e desenvolvimento: depoimento*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.
- ROSA, Luiz Pinguelli. Da gênese da bomba à política nuclear brasileira. In: HERRERA, Amílcar; ARNT, Ricardo. *O Armamentismo e o Brasil: a guerra deles*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- SALLES, Dagoberto. *Energia Atômica: Um Inquérito que Abalou o Brasil*. São Paulo: Editora Fulgor, 1958.
- SANTOS, Tatiana Lopes dos. *Os militares e a política nuclear brasileira*. In: XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008. Disponível em: < http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212880733_ARQUIVO_Osmilitareseapoliticanuclearbrasileira.pdf > . Acessado em: 30/11/2014.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, Fabiano Farias de. A política nuclear brasileira entre 1945-1964. *Revista Litteris*, março, nº 7. 2011.
- VASCONCELOS, Mari Estela de, 2000. *Resolução da mistura tório e terras raras por precipitação fracionada e tecnologia de troca iônica*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN).
- WEIS, Michael. *Cold warriors and coups d'état: Brazilian-American relations, 1945-1964*. University of New Mexico Press, 1993.

